



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

EMBARGOS INFRINGENTES Nº 0015750-77.2012.8.17.0000 (0253021-0/01)

EMBARGANTE: Clerivaldo Barbosa de Santana

EMBARGADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: Seção Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DE ROUBO IMPRÓPRIO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO QUALIFICADO. VIABILIDADE. ELEMENTARES DO CRIME DE ROUBO NÃO VERIFICADAS. AMEAÇA EXERCIDA QUANDO O CRIME DE FURTO JÁ HAVIA SE CONSUMADO E COM A FINALIDADE DE EVADIR-SE. DESCLASSIFICAÇÃO OPERADA. PREVALÊNCIA DO VOTO VENCIDO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. ACÓRDÃO ALTERADO. RECURSO PROVIDO.

1. A violência ou ameaça exigida no § 1º do art. 157, CP para configuração do roubo impróprio deve ser exercida imediatamente após a subtração e com a finalidade apontada na lei, qual seja, garantir a impunidade do crime ou a detenção da coisa subtraída.
2. Verificando-se que não restou configurada qualquer das elementares do roubo impróprio, nem o dolo específico caracterizador do tipo - violência ou grave ameaça com o fim de garantir a impunidade do crime ou a detenção da coisa, impõe-se a desclassificação para o crime de furto.
3. A consumação do crime de furto ocorre quando da inversão da posse, entendendo-se consumado o delito quando o agente tem a posse tranquila da coisa, ainda que por pouco tempo, ou que esteja fora da esfera de vigilância da vítima, ainda que próxima desta, mas sem o seu consentimento.
4. Consumado o furto, com todas as suas elementares, não pode este transmutar-se no crime de roubo em razão de conduta posterior do agente que não mais se encontra da linha de desdobramento daquele



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

delito, ainda mais quando restar comprovado que a ameaça foi exercida na tentativa de fuga, unicamente para livrar-se das pessoas que vinham no seu encalço.

3. Embargos infringentes providos, por maioria de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos Infringentes nº 0015750-77.2012.8.17.0000 (0253021-0/01), em que figuram com partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 14/03/2013, por maioria de votos, em dar provimento aos presentes embargos, tudo conforme consta do relatório, votos e notas taquigráficas acostadas aos autos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 22 de março de 2013.


De. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

EMBARGOS INFRINGENTES Nº 0015750-77.2012.8.17.0000 (0253021-0/01)

EMBARGANTE: Clerivaldo Barbosa de Santana

EMBARGADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: Seção Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

RELATÓRIO

Através da Defensoria Pública Estadual, **Clerivaldo Barbosa de Santana** interpôs embargos infringentes contra acórdão proferido pela 4ª Câmara Criminal, nos autos da apelação nº 0253021-0, da relatoria do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, ao qual, por decisão majoritária, foi negado provimento ao recurso, mantendo-se a sentença que condenou o ora embargante por infração ao art. 157, § 1º, do Código Penal (roubo impróprio). O acórdão restou ementado nos seguintes termos:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO IMPRÓPRIO (ART. 157, §1º, DO CP). DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA O DE RECEPÇÃO CULPOSA. DESCABIMENTO. INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS VERSÕES DO APELANTE E DA VÍTIMA. AGENTE QUE SIMULOU ESTAR ARMADO. AMEAÇANDO ATIRAR NA VÍTIMA, NO INTUITO DE ASSEGURAR A DETENÇÃO DA RES PARA SI. PLEITO DE FIXAÇÃO DA REPRIMENDA NO MÍNIMO LEGAL E DO REGIME ABERTO PARA O SEU CUMPRIMENTO. DESNECESSIDADE. PRETENSÃO JÁ CONTEMPLADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME COMETIDO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA. APLICAÇÃO DO ART. 44, I, DO CP. APELO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

I - Hipótese em que a conduta do apelante é incompatível com a tese de receptação culposa. Se ele tivesse apenas comprado a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

bicicleta, não teria fingido que estava armado, ameaçado atirar e tentado fugir do local. A reação do apelante demonstra que ele subtraiu a res e pretendia assegurar a detenção dela para si.

II - No caso presente, o juízo processante já havia, na sentença, fixado a reprimenda no mínimo legal e determinado o regime aberto para o seu cumprimento.

III - Impossibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito. Crime cometido mediante grave ameaça. Vedação legal do art. 44, I, Código Penal.

IV - Apelo improvido. Decisão por maioria de votos.

Nas razões de fls. 02/06, a Ilma. Defensora Pública requer a reforma do acórdão, para fins de prevalecer o voto vencido, exarado pelo Des. Marco Antônio Cabral Maggi, que sustentou a desclassificação do crime de roubo impróprio (art. 157, § 1º, CP) para furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (art. 155, § 4º, CP).

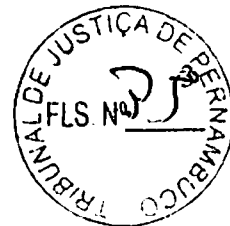
A douta Procuradoria de Justiça ofereceu contrarrazões às fls. 19/23, pugnando pela rejeição dos presentes embargos.

É o relatório.

Remetam-se os autos à douta Revisão, observando-se que o Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção encontra-se impedido em razão de ter sido Relator da apelação.

Recife, 14 de Abril de 2013.

Des. Antonio da Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

EMBARGOS INFRINGENTES Nº 0015750-77.2012.8.17.0000 (0253021-0/01)

EMBARGANTE: Clerivaldo Barbosa de Santana

EMBARGADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: Seção Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores:

Como consta no relatório, trata-se de embargos infringentes interpostos por **Clerivaldo Barbosa de Santana**, por intermédio da Defensoria Pública Estadual, contra acórdão não-unânime proferido pela 4ª Câmara Criminal, que negou provimento à apelação nº 0253021-0, interposta pela Defesa contra sentença que condenou o ora embargante pela prática do crime de roubo impróprio, descrito no § 1º do art. 157, CP, aplicando-lhe a pena de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime aberto.

Em conformidade com os autos apensos, o recorrente foi denunciado pelo Representante do *Parquet* em razão dos seguintes fatos:

"[...] No dia 02 de dezembro de 2006, por volta das 10:20h h (SIC), Manoel Pinto Cunha Filho pedalava uma bicicleta, quando resolveu estacioná-la na entrada do mercado Público do Centro de Casa Amarela, prendendo-a com uma corrente e um cadeado.

Posteriormente, a vítima retornou ao lugar onde deixou a bicicleta, não mais a encontrando. Em dado momento, populares informaram que a bicicleta havia sido levada pelo denunciado, tendo, ato contínuo, a vítima saído à sua procura.

Ao chegar à Vila Santa Luzia, no bairro da Torre, a vítima deteve o denunciado, que, com uma das mãos para trás, fazia menção de estar armado, ameaçando realizar disparos contra a mesma. Logo após, o denunciado foi detido por populares e a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



polícia militar foi acionada, prendendo-o em flagrante. [...]".
(fls. 02/03).

Como se percebe, a exordial acusatória narra uma subtração (sem violência ou grave ameaça) e, momentos depois, uma ameaça por parte do denunciado quando foi surpreendido na posse da *res furtiva*.

Compulsando os autos do recurso de apelação em apenso, verifico que a divergência entre os votos do Relator e do Revisor, deu-se em torno da configuração ou não do crime de roubo impróprio, pelo qual o ora embargante foi condenado.

A divergência manifestou-se desde que o Revisor, Des. Marco Maggi, apresentou seu voto pela reforma da sentença, desclassificando o crime para o art. 155, § 4º, CP (furto qualificado pelo rompimento de obstáculo).

Contudo, o Relator, Des. Alexandre Assunção, bem como o Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima concluíram pela manutenção da sentença, por entenderem que o acusado utilizou de grave ameaça para garantir a impunidade do delito, configurando, assim, o crime descrito no § 1º do art. 157, CP (conforme notas taquigráficas de fls. 190/193v).

Por sua vez, no voto vencido (fls. 179/184), que ensejou os presentes embargos, o Des. Marco Maggi sustentou que o acusado, *"em nenhum momento, empreendeu qualquer forma de violência contra a vítima. Quando flagrado na posse da res furtiva, o recorrente largou o bem e começou a correr a pé, tentando livrar-se da prisão"*, concluindo que *"deve ocorrer a desclassificação do crime de roubo impróprio para o delito de furto qualificado"* (fl. 182).

Pois bem.

Analisando detidamente a hipótese em comento, entendo que, de fato, deve prevalecer o posicionamento sustentado no voto vencido. Explico:

O tipo inculcado no artigo 157, § 1º, do Código Penal, denominado pela doutrina de roubo impróprio, caracteriza-se quando o agente emprega



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

violência ou grave ameaça contra a pessoa, após a subtração do bem, com o fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa.

Assim dispõe o referido artigo:

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - **Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.**

No presente caso, conforme se extrai da denúncia, confirmada pelas provas colacionadas aos autos, o ora embargante subtraiu, sem empregar qualquer tipo de violência ou grave ameaça, a bicicleta da vítima, tendo, em seguida, se evadido do local, na posse do bem furtado. Este fato ocorreu nas imediações do Mercado de Casa Amarela.

Ao voltar ao local onde havia estacionado a bicicleta, a vítima deu por falta da mesma, tendo sido informado por populares as características do indivíduo. Diante dessas informações tomou um moto-taxi e saiu no encalço do autor da subtração, ora embargante, tendo o encontrado no Bairro da Torre.

O réu negou a prática delitiva, nas duas oportunidades em que foi ouvido, sustentado a versão de que havia comprado a bicicleta na "*Feira do Troca no bairro de Casa Forte*" (fls. 12 e 66).

A vítima, por sua vez, confirmando as declarações prestadas durante o inquérito (fl. 11), em juízo declarou o seguinte:

"[...] que ele vítima percorreu três localidades diferentes até avistar o meliante montado na sua bicicleta; que o mototaxi dirigiu-se até ele, momento em que a vítima perguntou se a bicicleta era dele e assustado o acusado largou a bicicleta e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

saiu correndo; que o moto taxi perseguiu o acusado momento em que este se virou e deu entender que estava armado colocando a mão nas costas; que ele vítima e o mototaxi pararam com medo momento em que o acusado saiu correndo e foi detido por populares, uma vez que ele vítima saiu gritando: pega ladrão; [...]”. (fl. 88)

Lado outro, a única prova acerca da ameaça e do momento em que esta se consumou são as declarações do ofendido, pois o mototaxista que o acompanhava não foi ouvido nem mesmo perante autoridade policial, enquanto que as testemunhas arroladas pela Acusação – todas policiais - não presenciaram o fato, tendo chegado ao local quando o acusado já se encontrava detido por populares.

Diante da prova carreada as autos, percebe-se que o réu não ameaçou a vítima, ou mesmo o mototaxista que o acompanhava, com o fim de garantir a impunidade do crime ou a detenção da coisa subtraída, mas, sim, como mera tentativa de se desvencilhar daqueles que vinham no seu encalço.

Por isso, entendo que não restou configurada qualquer das elementares do roubo impróprio, nem o dolo específico caracterizador do tipo - violência ou grave ameaça com o fim de garantir a impunidade do crime ou a detenção da coisa.

Como ensina Mirabete, “*essa violência deve ser exercida imediatamente após a subtração e com a finalidade apontada na lei*”¹.

In casu, verifica-se que o delito de furto se consumou no momento em que o acusado, ora embargante, deteve a posse tranquila da *res furtiva*, de modo que a ameaça exercida contra o ofendido, momentos depois, não pode ser inserida na linha de desdobramento daquela conduta.

Ora, sabe-se que a consumação do crime de furto ocorre “*quando da inversão da posse, entendendo-se consumado o delito quando o agente tem a posse*

¹ In Código penal interpretado. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1371.

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



*tranquila da coisa, ainda que por pouco tempo, ou que esteja fora da esfera de vigilância da vítima, ainda que próxima desta, mas sem o seu consentimento*².

Neste sentido é o posicionamento pacificado na jurisprudência pátria, conforme se extrai do seguinte acórdão do Superior Tribunal de Justiça:

CRIMINAL. HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA TENTATIVA DE ROUBO. MOMENTO DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. DESNECESSIDADE DE QUE O BEM SAIA DA ESFERA DE VIGILÂNCIA DA VÍTIMA. INVERSÃO DE POSSE EVIDENCIADA. DELITO CONSUMADO. PEDIDO DE INCIDÊNCIA DO REDUTOR MÁXIMO PELA TENTATIVA. PLEITO PREJUDICADO. ORDEM DENEGADA.

I. O delito de roubo, assim como o de furto, consuma-se com a simples posse, ainda que breve, da coisa alheia móvel subtraída, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima. Precedentes. II. Para que o agente adquira o caráter de posse ou detenção, basta a cessação da clandestinidade ou da violência, mesmo que a vítima venha a retomar o bem, via perseguição própria ou de terceiro. [...] VI. Ordem denegada. (HC 238.355/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 05/09/2012) Grifei.

Na hipótese, embora por um curto espaço de tempo, a vítima teve a posse tranquila da bicicleta, tanto que pedalava calmamente com a mesma, em localidade diversa - Vila Santa Luiza, no bairro da Torre -, que dista aproximadamente 6km daquela onde ocorreu a subtração - imediações do Mercado de Casa Amarela.

Portanto, consumado o delito de furto, com todas as suas elementares, não pode este transmutar-se no crime de roubo em razão de conduta posterior do agente que, repita-se, não mais se encontra na linha de desdobramento daquele delito.

² *Idem*. p. 1260.

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



A respeito do tema destaco o ensinamento do renomado doutrinador César Roberto Bitencourt, o qual, ao analisar a expressão “logo depois” prevista no § 1º do art. 157, CP, leciona que:

“logo depois” de subtraída a coisa não admite decurso de tempo entre a subtração e o emprego de violência, ou seja, o *modus* violento somente é caracterizador do roubo se for utilizado até a consumação do furto que o agente pretendia praticar (posse tranquila da *res*, sem a vigilância da vítima). Superado esse momento, o crime está consumado e, conseqüentemente, não pode sofrer qualquer alteração; porquanto, eventual violência empregada constituirá crime autônomo, em concurso com furto consumado.³

No mesmo sentido ensina Fernando Capez:

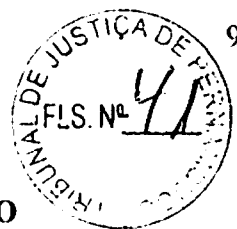
Pela expressão “logo depois”, deve-se entender a imediatidade entre a retirada do bem e o emprego da violência ou grave ameaça. Exige-se que estas sejam praticadas antes que o agente tenha a livre disponibilidade do bem e a sua posse tranquila, pois presentes esses dois requisitos já se tem por consumado o crime de furto, e qualquer ação física contra os perseguidores constituirá crime autônomo, não se podendo falar em crime de roubo impróprio.⁴ (CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, Parte Especial, v.2. 6.ed., São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2004)

No caso em tela, conforme já afirmado, o ora embargante, ao simular que portava uma arma, já detinha a posse tranquila da coisa subtraída há algum tempo.

Decerto, conclui-se que a ameaça foi exercida unicamente para livrar-se daquelas pessoas que vinham no seu encalço. Inclusive, consta nos autos que o acusado foi contido por populares que os espancaram, sofrendo escoriações

³ In Tratado de Direito Penal: parte especial, v. 3, 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 77-78

⁴ In Curso de Direito Penal, Parte Especial, v.2. 6.ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2004.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

leves, tanto que precisou ser conduzido ao nosocômio, conforme declarações dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante delito.

Portanto, não estamos diante de um crime de roubo impróprio, mas sim de um delito de furto consumado, quando muito, em concurso material com um delito de ameaça (art. 147, CP), que exige representação da vítima, requisito esse que não se fez na hipótese.

Assim, como destacou o voto do Des. Marco Maggi, *“infere-se que a conduta descrita na exordial acusatória e comprovada na instrução processual não é compatível com o tipo penal atribuído ao réu na sentença condenatória, sendo imperiosa a desclassificação do crime de roubo impróprio para o de furto qualificado conforme autoriza o art. 383, CPP”*.

Deve-se confirmar, igualmente, o entendimento firmado no voto vencido, segundo o qual, *“o apelante, para furtar a bicicleta, teve que romper obstáculo, qual seja, cabo de aço com chave, razão pela qual deve ser condenado pelo delito de furto qualificado, nos termos do art. 155, § 4º, I, do CP”*⁵.

Operada a desclassificação, o Des. Marco Maggi, ao realizar a dosimetria da pena, com base na análise das circunstâncias judiciais (art. 59, CP), fixou a pena-base em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, que restou definitiva à míngua de atenuantes, agravantes ou ainda causas de diminuição e aumento de pena.

O regime fixado para o cumprimento da pena foi o aberto, nos termos do art. 33, § 2º, “c”, do CP.

⁵ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

[...]

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Em observância ao princípio que proíbe a *reformatio in pejus*, acertadamente o Des. Marco Maggi não aplicou a pena de multa, em face do perdão judicial concedido pelo juízo *a quo*, embora equivocadamente, já que não há previsão legal para tal benesse.

Por fim ressalto que, embora a pena definitiva tenha sido inferior a 04 (quatro) anos, não houve manifestação acerca da possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Contudo, na hipótese, embora preenchido o requisito objetivo (art. 44, I, CP), verifico que o acusado não faz *jus* a referida substituição, pois registra antecedentes criminais, conforme atesta a FAC de fl. 60, circunstância que, nos termos do art. 44, II, CP, indica ser a substituição insuficiente para reparação e prevenção penais.

Por todo o exposto, entendendo que assiste razão ao entendimento defendido pelo Des. Marco Maggi, **dou provimento aos presentes embargos infringentes, para fazer prevalecer o voto vencido no julgamento da apelação nº 0253021-0/01, reformando o acórdão impugnado, para desclassificar o delito de roubo impróprio para furto qualificado, condenando o acusado Clerival Barbosa de Santana a 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, em regime aberto.**

É como voto.

Recife, 28 de Junho de 2013

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Embargos Infringentes nº: 0253021-0/01
Comarca Origem: Recife – 5ª Vara Criminal
Embargante: Clerivaldo Barbosa de Santana
Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Antônio de Melo e Lima
Revisor: Des. Mauro Alencar de Barros
Órgão Julgador: Seção Criminal

VOTO DO REVISOR

O embargante, Clerivaldo Barbosa de Santana, fora denunciado como incurso nas penas do art. 157, §1º do Código Penal.

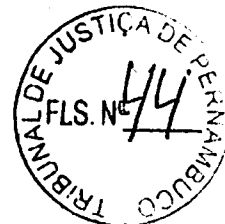
Consoante peça acusatória, no dia 02/12/2006, por volta das 10h20min, a vítima dos autos estacionou a sua bicicleta na entrada do Mercado Público de Casa Amarela, prendendo-a com um cadeado e uma corrente. Posteriormente, quando esta retornou ao local onde estacionou a bicicleta, esta não mais se encontrava, momento em que populares informaram que o objeto havia sido levado pelo denunciado, tendo, ato contínuo, a vítima saído a sua procura. Ao chegar à Vila Santa Luzia, no bairro da Torre, a vítima deteve o acusado que, com as mãos para trás, fez como se estivesse armado, o que impediu que a vítima fosse a sua captura. Logo depois, o denunciado fora detido por populares, sendo a polícia militar acionada.

Devidamente processado, foi condenado a pena de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa.

Seguidamente, interpôs-se apelação pugnando por sua absolvição por ausência de provas suficientes a sua condenação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



e, subsidiariamente, pela desclassificação do tipo constante do art. 157, §1º, CP, para o previsto no art. 180, §3º, também do CP (receptação culposa); pela redução da pena para o mínimo legal tendo em vista as circunstâncias judiciais do apelante; pela substituição da pena por restritivas de direitos; pela aplicação do regime aberto ao apelante.

Às contrarrazões recursais, pugnou o representante ministerial pelo improvimento do apelo. O D. Procurador de Justiça em matéria criminal opinou neste mesmo sentido.

Em Sessão de Julgamento, datada de 18/04/2012, sendo o voto do Desembargador Relator o vencedor, juntamente com o Desembargador Vogal, negou-se provimento ao apelo, mantendo a condenação do acusado na íntegra.

Pois bem.

Em seu Voto, o Desembargador Relator negou provimento ao apelo entendendo que "(...) as provas produzidas nos autos, portanto, dão amplo suporte à condenação por roubo impróprio (art. 157, §1º, do CP). Diante disso, o fato isolado da testemunha de defesa Marcio Patrício da Rocha ter afirmado, em juízo, que estava na companhia do apelante e presenciou quando este comprou a bicicleta pela quantia de R\$80,00 (oitenta reais) não autoriza a desclassificação do delito para o de receptação culposa (180, §3º, do CP), como pretende a defesa".

O Desembargador Revisor, diferentemente do Relator, ao analisar os autos entendeu que a conduta do apelante não se enquadra no tipo penal previsto no art. 157, §1º, CP, uma vez que na hipótese em comento, "o apelante, em nenhum momento, empreendeu qualquer forma de violência contra a vítima. Quando flagrado na posse da res furtiva, o recorrente largou o



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



bem e começou a correr a pé, tentando livrar-se da prisão. Neste sentido, a própria vítima afirmou que o acusado ao ser abordado largou a bicicleta e saiu corrente que o mototáxi dirigiu-se até ele, momento em que a vítima perguntou se a bicicleta era dele e assustado o acusado largou a bicicleta e saiu correndo; que o mototáxi perseguiu o acusado momento em que este se virou e deu entender que estava armado colocando a mão nas costas; que ele vítima e o mototáxi pararam com medo momento em que o acusado saiu corrente e foi detido por populares, uma vez que ele vítima saiu gritando: pega o ladrão. Por tudo o que foi exposto, infere-se que a conduta descrita na exordial acusatória e comprovada na instrução processual não é compatível com o tipo penal atribuído ao réu na sentença condenatória, sendo imperiosa a desclassificação do crime de roubo impróprio para o de furto qualificado conforme autoriza o art. 383, do CP".

Desta forma, deu parcial provimento ao apelo, desclassificando o delito descrito para o de furto qualificado, condenando o apelante, e ora embargante à pena de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, mantendo a sentença condenatória em seus demais termos.

Em sede de contrarrazões dos presentes Embargos Infringentes, requereu o representante do *parquet* estadual a rejeição dos presentes mantendo-se na íntegra o acórdão embargado.

Vejamos.

O cerne da divergência é saber se restou configurado ou não o crime de roubo impróprio tendo em vista as provas carreadas aos presentes autos.

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



A meu ver, deve prevalecer o voto vencido emanado pelo Desembargador Revisor Marco Maggi. Explico.

O art. 157, em seu parágrafo primeiro, se dá quando o agente emprega violência ou grave ameaça contra a pessoa, após a subtração do bem, com a finalidade de assegurar a sua impunidade ou a detenção da coisa.

Verifica-se, dos autos, que a discussão travada no julgamento do apelo ora embargado cingiu-se tão somente quanto à existência de provas suficientes que embasassem a condenação em roubo impróprio, e não em furto do acusado nesta ação penal.

Da análise das provas aqui constantes, vê-se que a única prova acerca da ameaça sofrida pela vítima e do momento em que, de fato, foi consumada são as declarações do próprio ofendido, uma vez que, como dito acima, o mototaxista, que acompanhou a captura do denunciado, não foi ouvido em juízo, nem sequer perante a autoridade policial, e além disso, todas as testemunhas arroladas pela acusação, tratando-se de policiais, neste caso, não presenciaram nem o furto, nem o momento em que a vítima disse que foi ameaçada.

E como visto, no depoimento do ofendido, a primeira coisa que aconteceu, quando da abordagem do acusado pela vítima e mototaxista, foi que aquele, **simplesmente, abandonou a res furtiva e saiu correndo na tentativa de se evadir do local, momento em que a vítima correu para alcançá-lo, momento em que, então, disse a vítima quando ouvida que "o moto taxi perseguiu o acusado momento em que este se virou e deu entender que estava armado colocando a mão nas costas; que ele vítima e o moto taxi pararam com medo momento em que o**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



acusado saiu correndo e foi detido por populares, uma vez que ele vítima saiu gritando: pega ladrão; (...)".

Assim, verifica-se que, diferentemente do alegado em outro momento processual, quando ouvido perante o juízo processante, **a vítima não fez menção a ter o acusado esboçado nenhuma palavra a ela e ao mototaxista que demonstrasse uma grave ameaça feita por parte do acusado.**

Diante do acima exposto, nada há que se questionar com relação ao momento da consumação do crime em tela, uma vez que não restou demonstrada a caracterização do crime de roubo impróprio, **descabida, portanto, discussão acerca do momento da consumação da grave ameaça que sequer restou comprovada a sua ocorrência.**

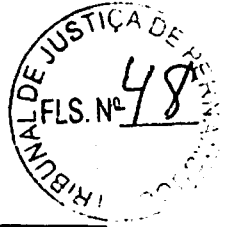
Destaco, nesta linha de raciocínio, trecho do Voto do Eminentíssimo Desembargador Revisor, Marco Maggi, que assim considerou: **"infere-se que a conduta descrita na exordial acusatória e comprovada na instrução processual não é compatível com o tipo penal atribuído ao réu na sentença condenatória, sendo imperiosa a desclassificação do crime de roubo impróprio para o de furto qualificado conforme autoriza o art. 383, CPP"**.

Ressalto, ainda, outro ponto considerado pelo voto do Desembargador Revisor, vencido no julgado, quando dispõe que "o apelante, para furtar a bicicleta, teve que romper obstáculo, qual seja, cabo de aço com chave, razão pela qual deve ser condenado pelo delito de furto qualificado, nos termos do **art. 155, §4º, I, do CP**".

Desta feita, entendo pela prevalência do voto vencido do Desembargador Marco Maggi, e operada a desclassificação,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



redimensionou-se, adequadamente, a pena definitiva em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, a serem cumpridos em regime aberto, obedecido os termos do §2º, c, do art. 33, do CP.

Ressalte-se que o Desembargador Revisor deixou, corretamente, de aplicar a pena de multa, em virtude do perdão judicial concedido equivocadamente pelo Magistrado sentenciante, uma vez que não há previsão legal para tanto.

Apesar de ter sido a pena definitiva fixada em patamar inferior a 04 (quatro) anos deixou o voto vencido de se manifestar quanto à possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Analizando os autos, do que se extrai das fls. 60, vê-se que embora preenchido o requisito objetivo, **o acusado registra antecedentes criminais conforme atesta a sua FAC, circunstância que, em virtude do disposto no inciso II, do art. 44, do CP, vê-se insuficiente para reparação e prevenção do cometimento de novos ilícitos penais, o que impossibilita a substituição por penas restritivas de direitos.**

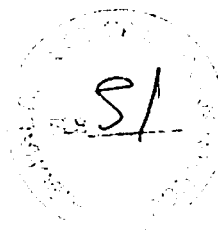
Ante o exposto, voto no sentido de **dar provimento aos presentes Embargos Infringentes**, fazendo-se prevalecer o Voto Vencido, nos termos acima delimitados, operando a desclassificação do tipo penal para o de furto qualificado, fixando a pena definitiva em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, mantidos os demais termos da sentença.

Recife, 28 de

02

de 2013.

Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEÇÃO CRIMINAL – 28 02 2013

EMBARGOS INFRINGENTES Nº 253021-0/01

EMBARGANTE: CLERIVALDO BARBOSA DE SANTANA

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: MAURO ALENCAR DE BARROS

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 35/42 DOS RESPECTIVOS AUTOS.

VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 43/48 DOS RESPECTIVOS AUTOS.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE)

A Turma está em consenso no sentido de dar provimento aos embargos infringentes, voto que está em discussão. Há alguma divergência?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Sr. Presidente. Só para fazer um registro. O Des. Antonio de Melo fez ver que na realidade houve, após a perseguição contra o embargante, a ameaça que se conferiu exatamente para eximir-se da punibilidade. Não é a hipótese do art. lido pelo próprio Des. Antonio de Melo, art. 157, onde fala do roubo impróprio.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

Na verdade, parece-me que houve prisão em flagrante. A prisão em flagrante significa que ele foi abordado logo após a realização do crime, furto. Não resta dúvida que ele subtraiu com a quebra do obstáculo em Casa Amarela e foi perseguido logo após esse fato, e foi pego em flagrante.

Na verdade, quando o Desembargador leu o acórdão, eu vi uma impropriedade no acórdão, porque o acórdão se refere à figura típica, para assegurar a coisa. Mas não foi para assegurar a coisa, porque ele deixou a coisa e correu. Ele agiu, botou as mãos para traz, para evitar a punição, que é exatamente a primeira figura.

DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR (REVISOR)

O acórdão não diz isso não. O acórdão que está sendo questionado diz que é...



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

A figura do roubo impróprio, foi isso. Mas ele usou da grave ameaça para não ser preso, para garantir a impunidade.

DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR (REVISOR)

Ainda assim eu não considero grave ameaça o simples fato de ele colocar a mão para trás porque ele estava sendo perseguido, imagino ele correndo e a vítima atrás, e ele parou e botou a mão para trás como se tivesse armado. É a mesma coisa quando se bota uma mão por debaixo da camisa para fingir a arma.

DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO

Ele foi detido por populares.

DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR (REVISOR)

Por quê? Porque quem estava perseguindo ele se sentiu ameaçado e parou.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

Eu estava me lembrando que o flagrante da autoridade policial foi no furto. Após ter sido preso, com a apreensão da coisa furtada, em Casa Amarela, ele então foi levado para a Delegacia de Casa Amarela com os policiais e lá a autoridade policial autuou em flagrante no art. 155, parágrafo 4º - furto com destruição.

Quando eu analisei achei que a autoridade policial agiu acertadamente. Já o Ministério Público, ao apresentar a peça acusatória foi quem deu outra tipificação penal. Tipificou como roubo qualificado.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

E o magistrado acolheu, não é? Eu entendi que realmente o magistrado tinha elementos para tal e quando ocorrem esses casos a minha tendência é valorar aquele entendimento do magistrado que presidiu o processo, que ouviu as pessoas, que sentiu. Realmente é uma diferença sutil no caso porque houve o flagrante, houve uma perseguição, eu considero que em função disso, é logo

Simone



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

52

após, não foi para assegurar a coisa porque já tinha deixado a coisa, mas foi sim aquela primeira figura que é a impunidade. Ele simulou uma arma para ninguém vir atrás dele, porque ele queria sair ileso, impune, daquela circunstância.

Mas tudo bem. Eu acho que são dois entendimentos bastante razoáveis e o que me levou, no caso, a prestigiar o entendimento do magistrado de 1º Grau.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE)

Vou colher votos.

DESEMBARGADOR PAULO VICTOR

Eu tenho o mesmo entendimento da Turma.

DESEMBARGADOR ANTONIO CARLOS

Com a Turma.

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Sr. Presidente. Tudo é uma questão de interpretação, mas esse caso é um caso singular por vários motivos, inclusive porque o voto do Des. Antonio, que geralmente é tido como o mais brabo, é para mim um voto brilhante. Eu acompanho o voto da Turma.

DESEMBARGADOR CLÁUDIO JEAN

Sem discussão nenhuma, acompanho a Turma.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

Sr. Presidente. Eu vou pedir vista.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE)

Des. Alexandre. V.Exa. pretende antecipar o seu voto?

Simone



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

Eu vou manter a coerência com o voto que eu dei na Câmara. Rejeito os embargos.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Rejeito os embargos.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS

Acompanho a Turma.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

Acompanho a Turma.

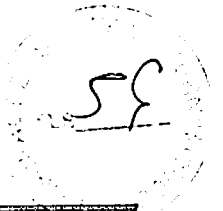
DECISÃO:

"APÓS O VOTO DA TURMA ACOLHENDO OS EMBARGOS INFRINGENTES, VOTARAM NO MESMO SENTIDO OS DESEMBARGADORES PAULO VICTOR, ANTONIO CARLOS, NIVALDO MULATINHO, CLÁUDIO JEAN, ROBERTO LINS E MARCO MAGGI. REJEITARAM OS EMBARGOS OS DESEMBARGADORES ALEXANDRE ASSUNÇÃO E GUSTAVO LIMA. ADIADO O JULGAMENTO A PEDIDO DE VISTA DO DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS".

Simone



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Embargos Infringentes nº: 0015750-77.2012.8.17.0000 (253.021-0/01)
Comarca: Recife
Juízo: 5ª Vara Criminal
Embargante: Clerivaldo Barbosa de Santana
Advogado: Marianna Granja de Oliveira Lima – Def. Pública
Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Renato da Silva Filho
Órgão Julgador: Seção Criminal
Relator: Des. Antônio de Melo e Lima

VOTO VISTA

Conforme já amplamente debatido em assentada anterior, o Embargante almeja resgatar o voto vencido, proferido pelo Des. Marco Maggi, então revisor da ACr. n. 253.021-0, que dava parcial provimento ao apelo para desclassificar o crime de roubo impróprio para furto majorado pelo rompimento de obstáculo, por entender ser a conduta descrita na denúncia incompatível com o tipo penal atribuído ao réu na sentença condenatória.

Evidencia-se da prova colhida nos autos que o Embargante teria rompido o cadeado que prendia a bicicleta deixada pela vítima na frente do Mercado Público de Casa Amarela e se evadido levando consigo a *res furtiva*.

Ao retornar ao local, a vítima percebeu o sumiço da bicicleta e foi informada por popular que um indivíduo de cor parda, trajando calça jeans levava a bicicleta, sendo ainda indicada a direção que tomara o agente.

A vítima então tomou um mototaxi e saiu à procura do infrator, não em sua perseguição, considerando que não o avistou em fuga e apenas fora informada da direção tomada pelo autor da subtração.

Portanto, resulta indubitoso que quando da chegada da vítima a subtração da bicicleta estava consumada, pois Embargante já se apoderara da *res furtiva* e a detinha mansamente, sem emprego de violência ou ameaça.

Ouvida em juízo, a vítima afirmou que percorreu três localidades distintas até avistar o Embargante montado na bicicleta subtraída. Dirigiu-se a ele e indagou se a bicicleta era dele Embargante, e esse, assustado, largou a *res furtiva* e empreendeu fuga. Somente então se iniciou a perseguição ao réu, que para escapar fez menção de sacar uma arma que não portava.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Observe-se, porém, que o furto se consumou em Casa Amarela, mas, segundo as declarações da própria vítima, o Embargante foi localizado na Vila Santa Luzia, no bairro da Torre, isso depois de ter a vítima percorrido outras três localidades procurando o responsável pela subtração da bicicleta.

Da narrativa trazida pela vítima resta afastado o imediatismo da grave ameaça que configura o roubo impróprio. A violência ou grave ameaça deve ocorrer logo após a subtração, no instante seguinte, na sequência, com o fito de assegurar a posse da coisa subtraída ou a impunidade do delito.

Se uma vez concretizada a subtração, sem violência ou grave ameaça, o agente deixa a cena do crime, tendo a posse mansa e pacífica da coisa, sem oposição de quem quer que seja e sem ser perseguido, não há falar em roubo impróprio, especialmente quando se verifica que a ameaça veio a ser esboçada pelo Embargante em momento bem posterior ao furto, no afã de escapar da tardia perseguição encetada pela vítima e pelo mototaxista.

O entendimento doutrinário e jurisprudencial leciona que pratica o roubo impróprio o agente que, logo depois de se apossar da res furtiva, faz uso de violência ou grave ameaça objetivando a impunidade da conduta ou para assegurar a posse ou detenção da coisa subtraída.

Mirabete, ao discorrer sobre o roubo impróprio, in Código Penal Interpretado (6ª edição, 2008, p. 1371/1372), leciona que:

"É denominado na doutrina de roubo impróprio o crime definido no art. 157, § 1º, do CP, em que o agente emprega violência contra a pessoa ou grave ameaça não como meio para a subtração, mas após esta, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para outrem. Essa violência ou ameaça deve ser exercida imediatamente após a subtração e com a finalidade apontada na lei; se for praticada após sensível espaço de tempo, haverá concurso de crimes de furto e lesões corporais ou ameaça".

Na mesma direção militam os precedentes dos tribunais pátrios:

"Se a ameaça, consistente em gesto simulador de porte de arma, deuse muito tempo após consumada a subtração já no contexto da busca flagrantial, não há roubo impróprio, mas furto" (TACrSP RT 759/638)

"Subtração sem violência contra pessoa, mas com violência para fugir, não é roubo impróprio, mas sim furto consumado em concurso material com lesão corporal leve" (TJPB. RT 726/720).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

57

"A expressão 'logo depois de subtraída a coisa', do § 1º do art. 157 do CP, não significa logo depois de ter a posse invigiada da coisa, caso em que o furto está consumado e não pode transmudar-se em outro crime pelo superveniente emprego da violência ou grave ameaça" (TACrSP RT 618/314)

Ante o exposto, peço vênia à divergência para acompanhar a Turma e acolher os presentes embargos infringentes.

É como voto.

Recife, 14 de Maio de 2013.

Des. Fausto Campos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEÇÃO CRIMINAL – 14.03.2012

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 253021-0-01

EMBARGANTE: CLERIVALDO BARBOSA DE SANTANA

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO DE MELO

REVISOR: DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR

FEITO ADIADO A REQUERIMENTO DO DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS NO DIA 28.02.2013.

VOTO VISTA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS
CONSTANTE DE FLS. 56/57 DOS AUTOS.

DECISÃO:

“POR MAIORIA, FORAM OS EMBARGOS ACOLHIDOS.”

sendo a cópia do presente encaminhada ao
O Tribunal de Justiça de Pernambuco
em 14 de março de 2012, para
os autos do processo nº 253021-0-01
e para os autos do processo nº 253021-0-01